

DIARIO DO GOVERNO

A correspondencia oficial da capital e das províncias, frenes de porto, bem como os periodicos que trocarem com o Diario, devem dirigir-se á Imprensa Nacional.

Anunciam-se todas as publicações literarias de que se receberem na mesma Imprensa dois exemplares com esse destino.

Assinaturas por anno. 192000 | Anuncios, per linha. 60
Ditas por semestre. 104000 | Comunicados e correspondencias, per linha 60
Número avulso, cada folha de quatro paginas 40
Em conformidade da carta de lei de 24 de maio e regulamento de 9 de agosto de 1902, cobrar-se-á 10 réis de alílio por cada anuncio publicado no Diario do Governo

A correspondencia para a assinatura do Diario do Governo deve ser dirigida á Administração Geral da Imprensa Nacional. A que respeitar à publicação de anuncios será enviada á mesma Administração Geral, devendo em qualquer dos casos vir acompanhada da respectiva imprensa.

SUMMARIO

MINISTERIO DO INTERIOR:

Decreto de 10 de maio, estabelecendo a forma, dimensões e mais requisitos dos boletins de voto nas proximas eleições de Deputados.

Decreto com força de lei de 10 de maio:

Extinguindo o logar de inspector geral de fazenda do Município de Lisboa.

Provendo as cadeiras de psychiatria e de neurologia da Faculdade de Medicina do Porto.

Decreto com força de lei de 9 de maio, organizando o plano de estudos das faculdades de letras das Universidades de Coimbra e Lisboa.

MINISTERIO DA JUSTICA:

Despachos criando postos do registo civil.

Despachos e rectificações a despachos pela Direcção Geral da Justica, sobre movimento de pessoal.

Nota dos juizes de direito dependentes das Relações de Lisboa e ausentes em abril.

MINISTERIO DAS FINANÇAS:

Decreto com força de lei de 6 de maio, passando á disponibilidade diversos funcionários do pessoal menor do Ministerio das Finanças.

Decreto de 10 de maio, exonerando do respectivo cargo um primeiro oficial da Direcção Geral da Contabilidade Pública.

Habilitações para levantamento de créditos.

Decreto com força de lei de 4 de maio:

Extinguindo a contribuição de renda de casas a partir de 1 de Janeiro de 1918, e isentando d'essa contribuição, desde já, as rendas até determinado valor.

Remodelando a contribuição predial.

Despachos e rectificações a despachos pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos, sobre movimento de pessoal.

Anuncio para arrematação do fornecimento dos impressos destinados ao expediente das alfândegas.

MINISTERIO DA GUERRA:

Decreto com força de lei de 24 de abril, concedendo á Camara Municipal de Almeida o antigo quartel de veterinaria, situado naquella villa.

MINISTERIO DA MARINHA E COLONIAS:

Despachos pela Direcção Geral da Marinha, sobre movimento de pessoal.

Despachos e rectificações a despachos pela Direcção Geral das Colonias, sobre movimento de pessoal.

Anuncios, programmas e condições de concurso para aforamepto de varios terrenos situados nos distritos da Lunda, Congo e Benguela.

Despachos pela Inspecção Geral de Fazenda das Colonias, sobre movimento de pessoal.

MINISTERIO DOS ESTRANGEIROS:

Avisos relativos á liquidação de espolios e ao falecimento de cidadãos portugueses residentes no estrangeiro.

MINISTERIO DO FOMENTO:

Decreto com força de lei de 10 de maio, reorganizando o arquivo geral e biblioteca do Ministerio do Fomento.

Balanços de Bancos e Companhias.

Relações de pedidos de registo de marcas industriais e de patentes e adições a patentes de invenção.

Decreto com força de lei de 26 de abril, mandando que um regente agrícola vá prestar serviço temporariamente junto do agronomo do distrito de Santarem.

Decreto de 26 de abril, collocando na classe de addidos varios empregados da Escol. de Regentes Agrícolas Moraes Soares, provendo um logar de guarda rural da mesma escola e autorizando o respectivo director a contratar um mestre carpinteiro, um guarda e um servente para aquele estabelecimento.

Despachos pela Direcção Geral da Agricultura, sobre movimento de pessoal.

Nota dos candidatos a chefe de divisão do quadro telegrapho-postal aprovados no respectivo concurso.

Despachos pela Direcção Geral dos Correios e Telegraphos sobre movimento de pessoal.

TRIBUNAIS:

Supremo Tribunal de Justiça, tabela dos feitos que hão de ser julgados na sessão de 16 de maio.

Tribunal Superior do Contencioso Técnico Aduaneiro, acordo n.º 319.

AVISOS E ANNUNCIOS OFICIAIS:

Junta do Crédito Público, editos para averbamento de títulos. Governo Civil de Lisboa, nova publicação do regulamento dos hoteis, restaurantes e estabelecimentos congêneres.

Imprensa Nacional de Lisboa, anuncio para arrematação do fornecimento de papel nacional e estrangeiro.

Comissões de Pensões Ecclesiásticas dos distritos de Coimbra, Evora, Guarda, Porto, Santarem e Viseu, avisos para a eleição dos vogais representantes dos ministros da religião compreendidos naqueles distritos.

Juízo de direito da comarca de Aldeia Gallega do Ribatejo, editos para citação de refractários.

Juízo de direito da comarca de Miranda do Douro, idem.

Juízo de direito da comarca de Moncorvo, idem.

Juízo de direito da comarca de Viseu, editos para expropriações de terrenos.

Caixa Geral de Depósitos, anuncio de concurso para preenchimento de duas vagas de primeiro praticante; nota da classificação dos candidatos admitidos ao concurso para segundos praticantes.

Conselho Regional de Lisboa das Associações de Socorros Mutuos, aviso de que o prazo para apresentação dos relatórios referentes ao anno de 1910 termina em 31 de corrente.

Bolsa de Lisboa, cotação dos géneros coloniais na semana finda em 6 de maio.

Observatorio do Infante D. Luis, boletim meteorológico.

Capitania do Porto de Lisboa, boletim do movimento da barra.

Estação Telegraphica Central de Lisboa, boletim do movimento das barras.

AVISOS E PUBLICAÇÕES:

ANNUNCIOS JUDICIAIS E OUTROS.

SUMMARIO DOS APPENDICES

N.º 185 — Cotação dos fundos públicos nas Bolsas de Lisboa e Porto, em 8 de maio.

MINISTERIO DO INTERIOR

Direcção Geral de Administração Política e Civil

1.ª Repartição

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa tendo em attenção o que dispõe a lei de 5 de abril ultimo no seu artigo 50.º, e attendendo tambem á dificuldade presentemente insuperável de estabelecer um padrão, em que sejam preenchidos os boletins de voto nas eleições que vão ter lugar no dia 28 do corrente: ha por bem decretar, por intermedio do Ministerio do Interior, que os ditos boletins sejam feitos em papel almasso branco, liso, não transparente e sem marca alguma visível exteriormente, tendo a forma rectangular e dimensões $0^{\text{m}},1 \times 0^{\text{m}},15$ e preenchidos á pena, lithographados ou dactylographados, tudo na forma prescrita no citado artigo e lei.

Dado nos Paços do Governo da Republica, em 10 de maio de 1911.— O Ministro do Interior, *Antonio José de Almeida*.

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que pelo Ministerio do Interior se decretou, para valer como lei, o seguinte:

É extinto o logar de inspector geral da Fazenda do Municipio de Lisboa, que, segundo dispunha o artigo 145.º do Código Administrativo de 1896, era escolhido pelo tambem extinto Tribunal de Contas e podia ser destituído antes de findar o prazo por que fôra nomeado, e não tem hoje razão de existir em consequencia do decreto com força de lei de 11 de abril ultimo, que instituiu o Conselho Superior de Administração Financeira do Estado.

Dado nos Paços do Governo da Republica, em 10 de maio de 1911.— O Ministro do Interior, *Antonio José de Almeida*.

Direcção Geral da Instrução Secundaria, Superior e Especial

Faculdades de Letras

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que em nome da Republica se decretou, para valer como lei, o seguinte:

CAPITULO I

Plano geral dos estados

Artigo 1.º As Faculdades de Letras das Universidades de Coimbra e de Lisboa teem por fim o aperfeiçoamento e a expansão da alta cultura intellectual no domínio das sciencias philosophicas, philologicas, historicas e geográficas, e a preparação científica para o exercício das profissões que exigem o conhecimento d'aquellas sciencias.

Art. 2.º Os estudos professados nas Faculdades de Letras habilitam para os exames de *bacharelato* e para o *doutoramento* nas secções seguintes:

- Philologia classica.
- Philologia romanica.
- Philologia germanica.
- Sciencias historicas e geográficas.
- Philosophia.

Art. 3.º O quadro geral das disciplinas distribue-se pelos seguintes grupos:

1.º Grupo — *Philologia classica*:

- Philologia classica.
Lingua e literatura grega.
Lingua e literatura latina.

2.º Grupo — *Philologia romanica*:

- Philologia romanica.
Philologia portuguesa.
Literatura portuguesa.
Lingua e literatura francesa.
Literaturas espanhola e italiana.

3.º Grupo — *Philologia germanica*:

- Philologia germanica.
Lingua e literatura inglesa.
Lingua e literatura alema.

4.º Grupo — *Historia*:

- Historia antiga, medieval, moderna e contemporânea.
Historia geral da civilização.
Historia de Portugal.
Historia das religiões.

- Sciencias auxiliares da historia (archeologia, epigraphy, numismatica, paleography e diplomatica).

5.º Grupo — *Geographia*:

- Geographia geral.
Geographia politica e economica.
Geographia de Portugal e colonias.
Ethnologia.

6.º Grupo — *Philosophia*:

- Philosophia (psychologia, logica e moral).
Historia da philosophia antiga, medieval e moderna.
Psychologia experimental.
Esthetica; historia da arte.

Cursos annexos de sanscrito, de hebreu e de árabe.

§ 1.º Aus Conselhos das Faculdades compete determinar as disciplinas que hão de constituir cada uma das secções mencionadas no artigo antecedente.

§ 2.º As disciplinas de philologia portuguesa, literatura portuguesa, historia geral da civilização, historia de Portugal, geographia de Portugal e colonias e philosophia são communs a todas as secções.

Art. 4.º As disciplinas comprehendidas em cada secção devem ser respectivamente frequentadas no tempo mínimo de oito semestres.

§ 1.º O ensino da lingua e literatura grega, da lingua e literatura latina, da lingua e literatura inglesa, da lingua e literatura alema e da historia antiga, medieval, moderna e contemporânea, assim como os cursos praticos correspondentes ás duas ultimas linguas, durarão tres annos lectivos.

§ 2.º O ensino da lingua e literatura francesa e das sciencias auxiliares da historia, assim como o curso pratico correspondente áquella lingua, durarão dois annos lectivos.

§ 3.º O ensino da philosophia e da historia da philosophia antiga, medieval e moderna durará tres semestres.

§ 4.º O ensino da philologia classica, da philologia romanica, da philologia portuguesa, da literatura portuguesa, da philologia germanica, da historia geral da civilização, da historia de Portugal, da geographia geral, da geographia politica e economica e da esthetica durará um anno lectivo.

§ 5.º O ensino das literaturas espanhola e italiana, da historia das religiões, da geographia de Portugal e colonias, da ethnologia e da psychologia experimental durará um semestre.

Art. 5.º Além das materias indicadas no artigo 3.º, poderão ser professadas nas Faculdades, em cursos livres geraes ou especiais, quaisquer outras materias do quadro das sciencias philosophicas, philologicas, historicas e geográficas.

§ unico. Os cursos livres poderão ser feitos pelos professores ordinarios ou extraordinarios, pelos assistentes ou por professores livres, convidados pelo Conselho da Faculdade.

Art. 6.º Não ha dependencia legal e obrigatoria entre as cadeiras e os cursos do quadro das disciplinas das Faculdades de Letras. O alumno é, porém, obrigado a frequentar, em relação a cada disciplina, pelo menos tantos annos lectivos ou semestres quantos ella comprehende, e pela sua respectiva ordem.

Art. 7.º Dentro da restrição do artigo antecedente, pode o alumno escolher as disciplinas que deseja estudar. A Faculdade organizará, porém, a titulo de conselho, um plano de estudos indicando a successão lógica das diferentes disciplinas, que julgar mais conveniente para o aproveitamento dos alumnos.

Art. 8.º Antes do fim de cada anno escolar publicará a Faculdade, alem do plano de estudos a que se refere o artigo antecedente, o programma e horario dos cursos para o anno imediato. O programma comprehendrá as lições magistras, os trabalhos praticos, os exercícios de investigação científica, e bem assim os cursos livres, geraes ou especiais que devam ser professados no futuro anno escolar.